

<http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p499>

Candice Vidal e Souza

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

## Professoras de Antropologia em Minas Gerais: notas sobre a condição da margem

**Resumo:** O artigo considera a história profissional de algumas mulheres que ensinaram Antropologia na Universidade Federal de Minas Gerais, a partir dos anos 60, para argumentar que o lugar de professora em um ambiente intelectual a caminho da especialização produziu a exclusão ou a marginalização dessas mulheres no cenário local e nacional. Reflete-se sobre a condição de mulheres que estão à parte dos circuitos prestigiados da Antropologia brasileira, pois a situação da Antropologia, em Minas Gerais, também pode ser tomada por periférica em relação as outras Ciências Sociais e a outros centros de ensino e pesquisa em Antropologia. Desse modo, proponho que a história da disciplina deve compreender as carreiras outsiders, de mulheres e homens, em termos dos processos de diferenciação fundados em aspectos de gênero, classe social e modos de formação profissional.

**Palavras-chave:** ensino de Antropologia; professoras universitárias; hierarquias profissionais; Minas Gerais.



Esta obra está sob licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

### Histórias de antropólogas: esquecimentos, descaminhos e conflitos

A reflexão sobre as carreiras femininas nas Ciências Sociais, apoiada na sociologia da vida intelectual e na perspectiva das relações de gênero, tem avançado, nas últimas décadas, sobretudo nos EUA, com a crítica feminista da ciência (SCHIEBINGER, 2001). Em relação à história da Antropologia, as propostas se referem ao reconhecimento da presença das mulheres como pesquisadoras de campo (GOLDE, 1986 [1970]) e o questionamento sobre o fato de que o gênero importa como elemento distintivo na experiência de trabalho de campo (ROHDE, 2004). O tema da escrita da cultura por mulheres, da narrativa do trabalho de campo a partir das antropólogas, também ocupa as reanálises da história da Antropologia sob o ponto de vista

das autoras de etnografias (BEHAR e GORDON, 1995; CÔRREA, 1995a; 2003). A recuperação dos nomes, das biografias e dos percursos profissionais de mulheres que atuaram como antropólogas – de modo individual ou em parceria com seus maridos ou tutores de pesquisa – consiste no objetivo de vários estudos inspiradores para uma antropologia dos mundos intelectuais que situe as mulheres e suas condições de trabalho e de vida (LEPOWSKI, 2000; HANDLER, 2004; LAMPHERE, 2004; ROHDE, 2004).

A atuação criativa como antropólogas está evidente quando se pesquisa os documentos administrativos e a produção escrita de antropólogas pioneiras da Antropologia britânica, estadunidense ou francesa (LAMPHERE, 2004; ROHDE, 2004; ENGELKE, 2004; SCHUMAKER, 2004; GROSSI, 2006, 2010-2012). O trabalho das mulheres antropólogas como professoras é remarcado enquanto aspecto de sua inserção profissional/institucional, tal como o trabalho de Maria Lepowski sobre Charlotte Gower; o depoimento de Sidney Mintz sobre Ruth Benedict; os exemplos citados por Louise Lamphere (LEPOWSKI, 2004; SILVERMAN, 1981; LAMPHERE, 2004). Por essas pistas empíricas, suspeita-se que o papel de professora é aquele que oferece menos reconhecimento e prestígio para suas praticantes, seja no seu próprio momento de vida, seja, posteriormente, na reconstrução da história disciplinar. Um exemplo contundente é a história profissional de Gladys Reichard (1893-1955), sobre quem Louise Lamphere observa que o trabalho acadêmico permanece sem reconhecimento; uma explicação possível é o fato de Reichard ter ensinado no nível de graduação, tendo pouca influência entre os alunos pós-graduandos, aqueles que formariam a próxima geração de antropólogos (Cf. LAMPHERE, 2004, p. 127).

Ser professora para alunas/os de graduação ou de pós-graduação seria, então, um dado significativo para a análise de trajetórias profissionais na Antropologia. Esta é a trilha analítica que sigo neste artigo. Para o caso brasileiro, a presença ou não de programas de pós-graduação em suas universidades, assim como em seus currículos, seria um dado diferenciador de percursos femininos na Antropologia, ao lado de outros elementos como localização geográfica-institucional, geração, conjugalidade e configurações interdisciplinares (ou seja, relações de proximidade e distanciamento com outras áreas das humanidades em seus contextos particulares de formação e de trabalho).

De modo geral, olhar a história da Antropologia pela presença das mulheres significa enfrentar o modo usual de construção do cânone disciplinar ou acrescentar retratos na parede onde estão penduradas apenas as “figuras icônicas” das tradições nacionais de Antropologia, como

propõe Louise Lamphere (2004) enquanto presidente da *American Anthropological Association* em seu centésimo aniversário. Justifica-se, assim, falar em processos de marginalização e subalternização do trabalho, da memória, da ação criadora e formadora, de inúmeras mulheres que pontuam nas Antropologias centrais e periféricas (internacionais e intranacionais). Temos por certo que não apenas a condição de gênero importa para se entender a produção da marginalidade (SOUZA, 2006; PINA-CABRAL, 2008). As dinâmicas dos mundos intelectuais produzem exclusão e esquecimento também de homens situados em posições minoritárias (por razões de classe social, raça, sexualidade, formação intelectual) ou de mulheres situadas em posições privilegiadas do ponto de vista econômico.

Em relação aos homens, é impressionante a história de Robert Gelston Armstrong, recuperada por George Stocking Jr. a partir de sua instigante e perturbadora pesquisa sobre a história do Departamento de Antropologia de Chicago e seus alunos (STOCKING JR., 2004, 2006). Apesar de reunir todas as qualidades e as condições institucionais para ocupar o centro, a perseguição política, por ser comunista nos anos 1950, a orientação sexual antes da liberação gay e a condição de “refugiado acadêmico interno” (STOCKING JR., 2006, p. 234) em uma universidade com predominância de alunos afro-americanos (*Atlanta University*) condicionaram sua carreira de marginalização, resultando em uma confluência de processos que findou por conduzi-lo à “expatriação” por duas décadas em uma universidade nigeriana, até seu funeral, em 1987, realizado pelos Idoma, “seu povo”. Considerando-se que o trabalho na Nigéria não significa, por si, uma desvantagem, importa, aqui, marcar como o sujeito que vive suas possibilidades profissionais ao longo do tempo narra esses fatos. Na posição de George Stocking Jr., o acesso à sua história impõe algumas obrigações ao pesquisador, que acredito serem compartilhadas por todos que capturam vozes marginalizadas que falam da dor de sua trajetória.<sup>1</sup>

Para o caso das mulheres de elite, Lamphere observa que Elsie Clews Parsons, Ruth Benedict e Margaret Mead atuaram no período formativo da Antropologia norte-americana – entre 1900-1945. Mesmo assim, é possível ver que

(...) on closer examination, each was excluded in subtle ways from important disciplinary rewards or achieved them at a much later stage in their lives than their male peers. Until recently, the breadth and creativity of their work has been unacknowledged, and even today their contributions are often ‘pigeonholed’ in narrow ways (LAMPHERE, 2004, p. 127).

<sup>1</sup> Comenta o historiador que “*in making his [Robert G. Armstrong] ‘unfinished business’ part of the historical record of that period I could also fulfill a moral obligation implied in our interchange a quarter century ago, when he recounted for me experiences that still caused him pain*”.

<sup>2</sup> Nesse contexto, está se falando de geração cronológica, uma vez que os dados recolhidos na pesquisa não permitem assumir esse grupo como uma geração sociológica. Sobre essa distinção, ver Pontes (1998, p. 40).

Com isso, pretende-se considerar, neste artigo, um contexto de subalternização em relação a um universo específico de possibilidades de carreira para homens e mulheres naquele lugar e tempo, qual seja, uma universidade pública brasileira nos anos 1960 e 1970,<sup>2</sup> período em que a formação dos cientistas sociais brasileiros passava a contar com a etapa da pós-graduação (RUBIM, 1997).

### **Professoras de Antropologia na Universidade Federal de Minas Gerais: as gerações dos anos 1960-1970**

Por certo, transmitir o modo de conhecer e interpretar as realidades sociais, a compreensão, no plural, dos modos sociais de viver, pensar e fazer, constituem o cerne do processo de ensinar Antropologia. Especialmente quando cuidamos das introduções à Antropologia, em que não há tempo nem espaço curricular para avançar na teoria antropológica, o contato com a área antropológica e, portanto, toda a “educação antropológica” (GEERTZ, 2001, p. 111) de grande parte da/os graduada/os que estudam Antropologia virá do encontro com suas/seus professoras/es. Estou convencida de que este é um espaço primordial de difusão social do ponto de vista antropológico, em que se fala academicamente, mas os interlocutores não são internos ao próprio universo disciplinar. Em se falando da formação das/os cientistas sociais, o contato favorável com as/os professoras/es de Antropologia pode ser determinante para o recrutamento de futuros profissionais, como o confirmam inúmeros relatos conhecidos de antropólogas/os.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, o ensino de Antropologia aconteceu em dois espaços institucionais independentes até 1966. A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) inicia suas aulas em 1941, contando com três cadeiras de Antropologia (Antropologia, Etnografia, Etnografia do Brasil), primeiro para o curso de História e Geografia, e, mais tarde, para Ciências Sociais. Essa estrutura curricular seguia legislação federal de 1939. Apesar de haver registros de mulheres formadas em História e Geografia a partir de 1943 e em Ciências Sociais a partir de 1952, apenas em fins da década de 1960 são contratadas as primeiras ex-alunas da Faculdade de Filosofia para ensinarem Antropologia. Durante muitos anos a cadeira era de responsabilidade do dermatologista Olinto Orsini de Castro, de triste memória entre seus ex-alunos/as.<sup>3</sup> Nos anos 1960, assumiu a disciplina o psiquiatra Eli Bonini Garcia, que fez cursos na Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo e participou de pesquisas com Oracy Nogueira.

<sup>3</sup> Ver o comentário de Francisco Iglésias sobre Olinto Orsini em Iglésias (1991). Outras referências a esse professor estão em Laraia (2014, p. 367-368).

Na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), o ensino de Antropologia acontecia no primeiro ano do curso de Sociologia e Política, no período de 1953 a 1966. Três professores se dedicaram à disciplina, todos com excelente apreciação por parte de ex-alunos. Indubitavelmente, a Antropologia, embora não fizesse parte do núcleo do curso, era representada por professores/a respeitados intelectualmente por suas/seus alunas/os e colegas. Tivemos, então, Cid Rebelo Horta (falecido em acidente automobilístico em janeiro de 1962), Marcos Magalhães Rubinger (substituto de Cid, exilado em 1964) e Maria Andréa Loyola.

No início do ano letivo de 1964, a FACE contratou Maria Andréa Loyola (Pouso Alegre/MG, 1941) como Professora Assistente, pela CLT, para assumir a cadeira de Antropologia. Indicada por Roberto Cardoso de Oliveira, Maria Andréa substituiu Marcos Rubinger, seu colega no curso de Especialização em Antropologia Social do Museu Nacional. Este último teve que se exilar na Bolívia e, depois, no Chile, logo nos primeiros meses da ditadura militar.

Maria Andréa Loyola conta sobre a estrutura geral do curso e as atividades que desenvolvia para animar as aulas no primeiro curso universitário que ministrou:

Procurei dar um curso de Antropologia Geral – em função do tempo meio por cima para o meu gosto –, mas bastante abrangente para dar-lhes uma ideia dos diferentes temas e possibilidades da antropologia e para estimulá-los para o estudo da disciplina. Lembro-me que no item arqueologia, levei-os à Lagoa Santa para visitar as grutas com pinturas rupestres que conhecia bem, e que trouxe o Mata [Roberto DaMatta] e, se não me engano, também o Roque Larcaia e o Julio Cezar Melatti para falarem sobre antropologia, embora não me lembre sobre que temas especificamente.<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Entrevista à autora por e-mail em 6/08/2005.

Vê-se que os convidados eram colegas de Loyola no Museu Nacional. Os professores de Antropologia conseguiam fazer circular pessoas e informações em Belo Horizonte quando estabeleciam rede de contatos e trocas intelectuais com antropólogos de fora. Desde o primeiro professor da FACE, esse movimento para fora de Minas Gerais acontece. Lembro que Cid Rebelo Horta foi o presidente da comissão organizadora da 6ª Reunião Brasileira de Antropologia de Belo Horizonte, ocorrida de 26 a 30 de junho de 1961. Nessas condições de sociabilidade acadêmica, as/os alunas/os podiam ser expostas a discussões e pesquisas representativas do estado da arte da Antropologia feita no Brasil. Aqueles que assistiram aos cursos de Antropologia da FACE foram privilegiados pelo interesse de seus/sua professores/a na disciplina, que os tornava antropólogos/a em exercício da tarefa de ensinar Antropologia.

<sup>5</sup> Entrevista à autora em 22/03/2005.

<sup>6</sup> As entrevistas realizadas foram gravadas ou anotadas, conforme o consentimento das professoras. Restrições ao uso de informações surgidas na conversa foram respeitadas quando indicadas por elas. Para esta pesquisa, não é pertinente o recurso ao anonimato, uma vez que a nomeação tem papel relevante na visibilização das trajetórias profissionais.

A única mulher a ensinar Antropologia na FACE trabalhou na Faculdade até 1966. Em 1967, ocorre a fusão com o curso de Ciências Sociais da FAFICH. Loyola retorna a Juiz de Fora para assumir a Chefia de Gabinete do então prefeito da cidade, Itamar Franco. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira, sua aluna sofreu perseguição política e ele intercedeu para que ela fosse embora do Brasil rapidamente.<sup>5</sup> Com o aceite de Alain Touraine, Loyola parte para a França, onde realiza seu doutorado (1969-1973). De volta ao Brasil, trabalha no CEBRAP (1974-1985) e, em 1982, começa a lecionar na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sendo, atualmente, professora titular emérita desta universidade. Exerceu, ainda, o cargo de presidente da CAPES entre 1992 e 1994. Ela não teve filhos. Com a saída de Loyola da FACE, a Antropologia, em Belo Horizonte, perdeu outra possibilidade de contar com uma professora-pesquisadora que realizasse o trabalho de construção da disciplina na capital.

Na década de 60, duas ex-alunas do curso de Ciências Sociais da FAFICH tornam-se professoras de Antropologia. Solange Braga Ferreira e Silva (Belo Horizonte, 1942) e Beatriz Meirelles da Costa (São Joaquim da Barra/SP, 1942), ambas formadas em 1964, lecionam Antropologia durante alguns anos, mas decidem sair da UFMG em função da preocupação com os filhos e a casa ou por dificuldades postas pelo trabalho do marido. Cabe, aqui, uma observação sobre o processo da pesquisa.<sup>6</sup>

Conhecia os nomes dessas professoras dos arquivos da FAFICH, mas levei a sério a opinião expressa por alguns entrevistados de que elas ficaram pouco tempo no departamento. Devo à professora Josefina Lobato a insistência em dizer que o período de trabalho delas não foi tão curto e que suas histórias mereceriam figurar em meu trabalho, no qual traçava um quadro do ensino de Antropologia nos anos 60 sem a presença de mulheres. A estratégia de apagamento das histórias de alguns professores pode insistir na ideia de que sua passagem foi “relâmpago” pelo departamento. Nas entrevistas e conversas, percebi que o professor Renato Ortiz, que lecionou de 1977 a 1985 na UFMG, também foi vítima da equação “pouco tempo = pouca importância”, perceptível nas lembranças de colegas e ex-alunos. Essa associação é claramente enganadora para a pesquisa, mas ilustrativa da lógica de exclusão/inclusão do mundo acadêmico.

Solange Braga assume as disciplinas Teoria Antropológica e Etnologia Brasileira no terceiro e no quarto ano de Ciências Sociais em 1965, recém-formada, portanto. Antes de se formar já ensinava Sociologia no nível secundário. Substitui seu ex-professor, Eli Bonini, que fora preso em 1964. Para regularizar sua situação funcional na universidade,

<sup>7</sup> Esta forma de concurso existia na UFMG, nos anos 60, e constava de prova didática e prova escrita, avaliadas por uma banca de professores. A finalidade era estabilizar professoras que já estavam dando aulas, alcançando sua “permissão para ensinar” em caso de aprovação. Até que o modelo de concurso público e o padrão de carga horária com dedicação exclusiva se tornassem a maneira hegemônica de entrada na carreira universitária, existiram situações mais ou menos precárias de contratos de trabalho, com cargas horárias variáveis entre 12, 24 e 40 horas semanais, sob a regência da Consolidação das Leis do Trabalho. Agradeço ao professor Caio Boschi por essas informações.

realiza o concurso de *Venia Legendi*.<sup>7</sup> Em 1967, nasce sua primeira filha. Em 1969, nasce seu filho e o marido, engenheiro civil que trabalhava com construção de estradas, é transferido para outra cidade. Retorna, em 1970, e, neste mesmo ano, decide pedir demissão em função das constantes transferências do marido e dos encargos domésticos.

Solange relata que não enxergava perspectivas de carreira, dada a inexistência de pós-graduação na cidade. Por tal razão, avaliou que não valeria a pena continuar com o cargo de professora universitária. Desde então, dedica-se a atividades voluntárias regulares na Santa Casa e na paróquia de seu bairro (classe média alta de Belo Horizonte).

Beatriz Meirelles começa a lecionar Antropologia na FAFICH em 1967, realizando seu concurso de *Venia Legendi*, da disciplina Antropologia Cultural, em novembro de 1969. O atestado deste concurso indica que a aluna recebeu a nota nove de todos os professores da Comissão Examinadora (Welber da Silva Braga, Maurício Lanski, Domingos da Silva Gandra Júnior), nas provas escrita e oral, realizadas, respectivamente, em 5/11/1969 e 6/11/1969. Antes, assume aulas de Sociologia no Colégio Estadual Central e na Escola de Serviço Social da Universidade Católica. Em 1975, com quatro filhos de idades próximas para cuidar (nascidos em 1968, 1970, 1972 e 1974), decide abandonar a UFMG, dada a “ansiedade” gerada com o acúmulo de obrigações. Em um segundo encontro, Beatriz esclareceu que sua decisão de deixar a docência coincidiu com a aprovação de um projeto de pesquisa que justificaria o contrato de tempo integral. Temendo o “stress” que as novas funções gerariam, confirma sua saída, apesar da proposta feita pelo diretor da FAFICH de alterar seu contrato para 20h/a.

Depois de quatro anos dedicada à vida familiar, começa a trabalhar no governo estadual. Refletindo sobre as características do emprego na universidade, Beatriz observa que as tarefas relacionadas ao ensino extrapolavam os horários de trabalho (leituras, preparação de aulas etc.), enquanto o emprego público restringia-se quase que totalmente às atividades no local de trabalho (exceção feita à preparação eventual de material para reuniões), gerando menos “ansiedade” no dia a dia.

Beatriz contou-me que, durante o tempo em que trabalhou na FAFICH, a Antropologia tinha “pouca importância”, contando com número restrito de professores, entre os quais seria pequena a preocupação com a carreira universitária. Se acompanharmos a carreira de suas colegas mais próximas no curso (cinco amigas desde o colegial), veremos que apenas Josefina Lobato fez mestrado e doutorado, aposentando-se como professora da UFMG. A opção de fazer curso universitário não esteve relacionada diretamente à profissionalização,

<sup>8</sup> A conclusão de um curso superior nas Faculdades de Filosofia surgidas no Brasil nos anos 30 representou, para várias gerações de mulheres, “uma vivência marcada pela coexistência de valores e padrões de sociabilidade vistos como conflitantes”, conforme a percepção de Maria Helena Bueno Trigo para as alunas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. No caso das alunas mineiras, pode-se reconhecer vivências próximas àquelas de muitas alunas uspianas das décadas de 1930 a 1950, quando “todas as inovações nos códigos de sociabilidade desenvolvidas no convívio universitário vão ser postas em xeque no momento de construir suas carreiras e conciliá-las com a vida familiar a ser construída pelo casamento” (TRIGO, Maria Helena, 1997, p. 129). Entretanto, apenas um estudo ampliado do grupo de alunos da FAFICH/UFMG poderia nos assegurar de seu perfil sociológico (origens familiares, *habitus*, valores, projetos de vida), tarefa não realizada em minha pesquisa, a qual acompanha apenas as alunas que seguiram a carreira docente universitária em algum momento de suas vidas.

<sup>9</sup> O curso de Ciências Sociais era visto como curso “espera marido” ou “Walita” (ambos os epítetos remetem ao mundo doméstico), indicando o desprestígio relativo desta opção diante de cursos como Pedagogia e Línguas que, segundo avalia Beatriz, teriam mais campo de trabalho em comparação com a área de Ciências Sociais. Por outro lado, o curso de Sociologia e Política da FACE tinha mais prestígio por ser mais profissionalizado, inclusive com bolsistas trabalhando em horário integral. As turmas eram maiores do que as da FAFICH e apresentavam composição ligeiramente maior de homens em relação a mulheres. Relembrando as trajetórias de suas colegas, Beatriz conclui que, talvez, fosse mesmo um curso “espera marido” para algumas, mas, sobretudo, porque muitas tinham pais ricos, que as dispensavam de trabalhar para o próprio sustento.

pois as outras três amigas tiveram outros percursos, nunca exercendo trabalhos formais.<sup>8</sup>

A trajetória dessas mulheres, amigas até hoje, mostra os percalços da profissionalização na área de Antropologia, que apenas em meados dos anos setenta contará com professores doutores (Pierre Sanchis, 1978; André Prous, 1975; Renato Ortiz, 1977-1985). Além do que, o horizonte de uma carreira acadêmica não chegou a ser projetado ou foi abandonado definitivamente em função da urgência de outros papéis que elas desempenhavam simultaneamente. Para as novas gerações de mulheres na carreira universitária pode ser difícil entender a dificuldade de conciliação de tantas demandas vividas por Solange e Beatriz que, embora não tenham se dedicado exclusivamente às suas casas e famílias (Beatriz aposentou-se como funcionária do Estado, trabalhando na área de pesquisa de uma secretaria de Estado), avaliaram que, na época, não havia perspectiva profissional suficientemente interessante para fazê-las permanecer na UFMG. O fato de serem formadas em Ciências Sociais (curso que, segundo Beatriz, era chamado de “curso Walita” por professores do curso) marcou as funções que ambas assumiram após deixar as aulas de Antropologia.<sup>9</sup>

Na década de 1970, o grupo de antropólogas/os sociais se amplia com a contratação de novas professoras/es, como Lêda Martins de Pádua, Josefina Pimenta Lobato, Romeu Sabará, Maria das Graças Tavares, Cleonice Pitanguí, Pierre Sanchis, Renato Ortiz.

Lêda Martins de Paula (Governador Valadares/MG, 1944) iniciou o curso de Ciências Sociais em 1963 e licenciou-se em 1966. Lecionou a partir de agosto de 1970 (concurso para auxiliar de ensino, com carga horária de 12h/a) e fez pesquisas em Antropologia (medicina popular). Afastou-se entre 1974-1978, quando estava com seus três filhos pequenos e se sentiu sobrecarregada com as tarefas domésticas e profissionais. Nesse período, Lêda comenta que não valorizava tanto a carreira universitária, pois as condições para qualificação eram ainda incipientes em Belo Horizonte, onde não havia pós-graduação na área de Antropologia. Como ela observa, era um ambiente “pré-acadêmico”. Retornou à UFMG em agosto de 1978, como professora colaboradora para aulas no curso de Medicina, quando alterações no arranjo dos horários das aulas demandaram a contratação de dois novos professores. Esta situação precária de contrato foi alterada com a ação do movimento docente, ainda em fins dos anos 1970, que resultou na decisão do Ministério da Educação e Cultura de transformar todos os professores contratados em funcionários estatutários. Assim, Lêda aposentou-se em 1992 como professora regular da UFMG. Em 1981, integrou a primeira



O casamento seria, então, uma possibilidade em uma vida já confortável (Comunicação pessoal, agosto de 2015).

<sup>10</sup> Entrevista realizada em 28/07/2005. Algumas informações do período de trabalho na UFMG foram acrescentadas em conversa telefônica datada de 23/09/2015.

turma do mestrado em Sociologia da Cultura, tendo defendido a dissertação “Morar em Belo Horizonte: cultura e espaço doméstico no meio ferroviário”, em 1988, sob orientação de Pierre Sanchis. Desse modo, diz ela, aproveitou a primeira oportunidade que surgiu para ampliar sua formação, sem a necessidade de deslocamentos para outras cidades com cursos de pós-graduação.<sup>10</sup>

Maria das Graças de Pinho Tavares (Sabinópolis/MG, 1947) assume quatro disciplinas de Antropologia na FAFICH durante o ano de 1975 na categoria de professora substituta. A situação dessa professora é bastante incomum para a época, pois ela já tinha obtido o título de mestre em Antropologia. Integrou a primeira turma do mestrado em Antropologia Social da UnB, tendo sido graduada na mesma universidade em Ciências Sociais em 1968. Em 1975, defendeu a terceira dissertação do Departamento de Antropologia com o título “Um Estudo de Tomada de Decisão (*Decision Making*) na Pesca Artesanal: Icarai (Ceará)”, orientada por Kenneth Ian Taylor.

Conversei com Maria das Graças Tavares em junho de 2011, após muitos anos escutando referências a seu nome em entrevistas. Interessante observar que, em 2005, anotei que o professor Romeu Sabará referiu-se a ela como uma “estrela cadente”. De fato, sua passagem foi rápida, mas reveladora de alguns aspectos do contexto institucional da época, caracterizado por condições de trabalho instáveis e desiguais em termos de cargas horárias (e, conseqüentemente, de salários). Contou-me que ficou sem salários nos primeiros seis meses de trabalho, embora seu contrato tenha sido pela CLT. Nessa época, percebia o grupo de Antropologia como não constituído (“Cada hora chegava um”) e a Antropologia em Minas Gerais “sem expressão”. Sua trajetória posterior inclui período de trabalho no CEFET-MG (1977-1978), no interior do Rio de Janeiro, Bahia (Pilar, na *company town* da Caraíba Metais), Belém (PA), São Paulo e Paris. As mudanças de cidade seguiam as exigências do trabalho do marido, psicólogo da área de Recursos Humanos. Na França, realizou uma especialização em Antropologia das Sociedades Complexas pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Possui uma filha nascida em 1978 e um filho nascido em 1981. Desde os anos 1980, Graça Tavares se aproximou da área de pesquisa e consultoria em “cultura organizacional”, tendo vasta experiência nesse meio. Há várias publicações de sua autoria, além de compor o quadro docente de cursos de especialização em Gestão de Pessoas (Instituto de Educação Continuada/PUC-MG) e na Fundação Dom Cabral, em Belo Horizonte. Concluiu doutorado em Sistemas da Informação na UFMG, em 2011, utilizando método etnográfico em sua

pesquisa numa empresa mineira de informática. Como escutei algumas vezes, Graça Tavares havia “sumido”. Na verdade, ela não se sentiu motivada a tomar a carreira acadêmica como eixo de sua vida profissional nos anos 1970 e partiu para rumos outros que a Antropologia pôde lhe oferecer. No entanto, como ela se expressou, em uma “trajetória solitária”.

Em fins da década de 1970, outras mulheres integram a carreira de professoras da UFMG: Josefina Pimenta Lobato (1975), Cleonice Pitangui de Mendonça (1976), Raquel Miranda Lopes (1978). Essas professoras completam todo o seu tempo de trabalho até a aposentadoria, sendo que Josefina Lobato defendeu doutorado no Departamento de Antropologia (UnB) em 1994, Cleonice Pitangui fez mestrado em Antropologia na Unicamp, em 1982, enquanto Raquel Miranda Lopes concluiu, em 1999, seu doutorado em Antropologia na Unicamp (LOBATO, 1994; MENDONÇA, 1982; LOPES, 1999), alguns anos depois de sua aposentadoria, em 1994.

### **Mulheres e homens esquecidos: de que nos falamos?**

Norbert Elias, em seu estudo sobre *establishments* científicos, elucida o papel dos professores na construção de identidades e fronteiras disciplinares, em seu trabalho de seleção do que é válido ser considerado sobre determinada área de conhecimento. Os professores são:

(...) the principal human agents of scientific processes. In the last resort, it is they whose consensus, dissensions, and power struggles on the national or the international level, determine whether and which scientific discoveries and innovations are recognized as advances in human knowledge, are received into the common fund of knowledge of one or several branches of higher learning and thus as part of the teaching programmes, are handed on to the next generations. Ruling opinion among the professors of a scientific field can paralyze or stimulate productivity in that branch of learning (1982, p. 5-6).

As características mais proeminentes do ensino de Antropologia em Belo Horizonte contribuíram mais para o desânimo e, mesmo, a aversão dos alunos à disciplina do que para despertar vocações, como revelam inúmeros depoimentos dos alunos das primeiras turmas da FAFICH. A conjuntura institucional propiciou o desenvolvimento da Ciência Política, principalmente, e da Sociologia, secundariamente. Quem permaneceu em Minas Gerais como aluno/a e, posteriormente, como professor/a de Antropologia,

enfrentou as vicissitudes da condição de subalternidade no campo intelectual, que não foram significativamente alteradas entre as/os professoras/es de Antropologia desde a criação do Departamento de Ciências Sociais, em 1967.

Os combates entre estabelecidos e *outsiders* no cenário mineiro,<sup>11</sup> como diz Elias sobre as disputas acadêmicas, são travados de modo civilizado. Pelo que se sabe,

no one has ever physically maimed or killed in their course. Nevertheless, these interdisciplinary establishment struggles, often long lasting and unresolved, can be fierce; they can be highly injurious to lower-status establishments, to the outsiders, and to the defeated. Though they do not normally lead to physical injury, mental injuries are frequent and often severe (ELIAS, 1982, p. 22).

As más lembranças e a dor de ter convivido em meio a disputas e combates administrativos e intelectuais por certo produziram experiências de sofrimento. Para o contexto que estudo, as histórias dos professores Romeu Sabará da Silva e Raquel Miranda Lopes são as que mais me marcaram. O primeiro, por ter ouvido muito de sua própria voz e pela fala dos outros. Trata-se de uma verdadeira “lenda” da FAFICH.<sup>12</sup> A segunda, por ter ouvido dela mesma que não gostaria de conversar sobre sua experiência na UFMG, logo no início da pesquisa, em 2004, e, mais recentemente, o relato de que dois derrames a teriam feito perder a memória daquele tempo. Apenas em julho de 2011 consegui encontrar uma fala sua, nos agradecimentos de sua tese de doutorado, texto no qual há boas lembranças e referências carinhosas e agradecidas a seus colegas e professores, mas há, também, um passado que desconheço (pois o acesso direto à sua voz é impossível) e que ela diz merecer ser “exorcizado”:

Começo agradecendo meu primeiro professor [Welber da Silva Braga] de antropologia e então chefe do departamento de Sociologia e Antropologia/UFMG, quando da minha liberação para o programa de doutorado na UNICAMP.

Do desejo de trilhar o caminho da antropologia até sua concretização, vaguei pela sociologia rural até quando, com a ajuda de colegas da antropologia, me aventurei na montagem de um programa introdutório de teoria antropológica. Josefina Lúcia Pimenta Lobato de Mello e Cleonice Pitangui Mendonça me ajudaram muito nessa tarefa e em equipe trabalhamos, trocando referências bibliográficas, experiências sobre o cotidiano da sala de aula. Com Pierre Sanchis aprendi muito através de seus cursos que eu acompanhava como ouvinte. Com Iêda Martins de Pádua troquei

<sup>11</sup> As distinções entre estabelecidos e *outsiders* no contexto institucional da UFMG referem-se à hierarquia de prestígio entre cientistas políticos, sociólogos e antropólogos, bem como às divisões internas a cada uma das áreas disciplinares (SOUZA, 2006).

<sup>12</sup> A reputação negativa de Romeu Sabará está associada às suas pesquisas sobre culturas negras em Minas Gerais (ouvi referências a acusações jocosas por parte de ex-alunos de que ele seria “feiticeiro”), mas, também, aos processos administrativos por ele acionados em seu tempo na universidade.

experiências de uma trajetória semelhante. Leonardo Figoli e Ana Lúcia Modesto somaram-se ao grupo com quem tive uma convivência mais amena na 'tribo' antropológica. Sonhava construir com eles um espaço institucional reconhecido a nível nacional. No entanto, o sonho se desfez nas contingências da minha vida pessoal e do grupo que mingou com as aposentadorias geradas pelas ameaças de mudanças propostas na reforma da Previdência Social e a sensação de frustração está por ser exorcizada.

(...) Num derradeiro encontro de 'bota-fora de papéis', numa tarde de maio/97, na sala do CER [Centro de Estudos Rurais]/FAFICH/UFMG, entendi, finalmente, no meio à poeira de papéis, relatórios, lembranças e conversas, que não só uma vida intelectual estivera enterrada 'no pasto', mas, sobretudo, minha alma. Esta tese, creio eu, foi o exorcismo necessário para tentar novos voos (LOPES, 1999, p. ii, iii).

Não sei, ao certo, com quem (com alguns colegas antropólogos, com outros cientistas sociais?) e por que a convivência profissional foi tão dolorosa para Raquel Lopes. Nos agradecimentos há menções a colegas sociólogas contemporâneas suas, o que inviabiliza a hipótese do simples confronto antropólogos x cientistas políticos x sociólogos. Os detalhes microscópicos dessas histórias e seus afetos só podem ser alcançados pelo relato pessoal.

As entrevistas realizadas com professores atuantes no Departamento de Sociologia e Antropologia nos anos 1960 em diante têm revelado sobre a crueza das relações interdisciplinares no cotidiano. As agressões intelectuais e a "jocosidade cotidiana" (expressão de uma professora) têm impacto subjetivo intenso, mas parecem, também, contribuir para a baixa estima própria dos antropólogos enquanto coletividade, dificultando alianças e estratégias internas de subversão da condição periférica. Como me disse uma professora, aconteceram "propostas minadas dentro da própria área".

### **Por uma história social dos antropólogos menores**

Ao realizar esta aproximação à história da Antropologia em Minas Gerais, vivida no tempo e no espaço das aulas, considerei professoras/es e alunas/os dos cursos de Antropologia ministrados desde a década de 1960. De suas falas, pude extrair lembranças sobre sua época de formação, e, ao falarem de si e de seus colegas e professoras/es, perceber perfis e trajetórias avaliadas positiva e negativamente. Esses aprendizes das Ciências Sociais, muitos deles tornados destacados cientistas sociais, falam do lugar da Antropologia em seus

cursos de graduação. Mas sua visão retrospectiva se baseia na experiência de alunas/os bem-sucedidas/os e de profissionais brasileiros da elite das/dos pesquisadoras/es sociais. Há, entretanto, outras percepções desse momento de iniciação nas Ciências Sociais. Haveria que incluir alunas/os com trajetórias profissionais distintas, o que nos levou a encontrar histórias de pessoas com carreiras modestas em comparação com parâmetros posteriores (por exemplo, a exigência do doutorado para entrada no quadro das universidades federais), outras para as quais a formação conduz à profissionalização temporária. Assim, o grupo de pessoas que informou sobre as formas de transmissão do conhecimento antropológico findou por incluir pontos de vista de estabelecidos e *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000). Especialmente aqueles que não são ungidos como brilhantes e promissores alunos têm que receber atenção quando se analisa o mundo intelectual como conjunto de relações hierarquizadas e geradoras de desigualdade.

As configurações intelectuais em que se estrutura o mundo das Ciências Sociais podem ser entendidas como relações de poder estruturadas em termos das categorias de estabelecidos e *outsiders*. Norbert Elias estendeu seu modelo de compreensão de processos de diferenciação de grupos sociais interdependentes, porém, desigualmente integrados, desenvolvido com referência ao trabalho de pesquisa em Winston Parva, ao universo das relações entre cientistas. Esse ponto de vista supõe a existência de um grupo dominante que vê a si mesmo como “minoría dos melhores” (ELIAS e SCOTSON, 2000), guardiães da excelência científica (NEIBURG, 2000), em comparação a um grupo inferior exatamente por ser destituído das qualidades superiores de que são portadores os estabelecidos.

Trabalhos recentes de história da Antropologia confirmam os rendimentos analíticos da inclusão de personagens marginais nas instituições universitárias, em especial o volume editado por Richard Handler, *Excluded ancestors, inventible traditions. Essays toward a more inclusive History of Anthropology*, na prestigiada série *History of Anthropology*. No prefácio do editor é notável o débito para com a crítica feminista dos modos de narrar a história da Antropologia, especialmente em relação à coletânea *Women Writing Culture*, organizada por Ruth Behar e Deborah A. Gordon (1995).

As editoras, de perfis biográficos de antropólogas atuantes em várias esferas disciplinares (considerando-se especializações temáticas e lugares de atuação profissional acadêmicos e extrauniversitários), insistem na urgência de ampliação do arquivo sobre contribuições das praticantes da Antropologia. Iniciativas como *Women Anthropologists*:

<sup>13</sup> Segundo Aisha Khan, "(...) it is important to bear in mind that what constitutes the acceptable knowledge of any discipline and how it is gained and used is often guided by institutions or academic departments that have been created and controlled by particular men" (1989, p. xvii).

*Selected Biographies* trazem à reflexão o fato de que a escolha dos nomes a serem incluídos obriga-nos a repensar os "critérios usuais de significância" para o julgamento de carreiras antropológicas. Tais parâmetros são definidos, geralmente, na prática de instituições e departamentos acadêmicos que têm sido criados e controlados por homens e tendem a desvalorizar formas de trabalho profissional que se dediquem a popularizar o saber antropológico.<sup>13</sup> Assim, os cinquenta e oito perfis considerados desafiam as avaliações unidimensionais quanto ao que constitui a pesquisa significativa e legítima.

A atenção aos processos de hierarquização de carreiras em Antropologia, que geralmente impõem posições menores às mulheres, assim como a reflexão sobre os atributos inferiorizantes imputados ao texto ou à conduta profissional de algumas antropólogas (Ruth Benedict e Ruth Landes como ilustrações mais conhecidas desses efeitos de classificação), foi produzida, sobretudo, numa visada feminista.

No entanto, a história dos antropólogos rotulados como menores deve incluir, também, homens. Nesse sentido, outros critérios produtores de exclusão devem ser articulados, tais como classe social, raça, posições políticas, tendências na atuação profissional (ensino, pesquisa ou extensão?) e, até mesmo, a escolha dos objetos de pesquisa ("folclore" é exemplo de tema desprestigiado e estigmatizador em Minas Gerais, como revelam os depoimentos de Romeu Sabará e de Saul Martins, realizados, respectivamente, em 8/04/2004 e 7/4/2005). Com esse olhar ampliado para observar a maior variedade possível de trajetórias profissionais, a investigação não canônica de George Stocking Jr. explora muitas entradas de pesquisa aos ambientes intelectuais e suas relações institucionais e interpessoais.

George Stocking Jr., ao rastrear depoimentos de ex-alunos do Departamento de Antropologia da Universidade de Chicago, percebeu que a história que escrevia deveria levar em conta as experiências de pessoas que se formaram em uma universidade prestigiosa, mas que tinham vivido momentos infelizes ou insatisfatórios em sua passagem por lá. A questão era dar ouvidos a

(...) pessoas que tinham recebido mestrados finais, ou que tinham abandonado Chicago à busca de títulos em outras instituições, ou que não conseguiram obter empregos em antropologia, ou que simplesmente tinham lembranças mistas ou mesmo amargas de seu tempo em Chicago – em suma, todos aqueles cujas experiências não se adequavam à *gemeinschaft* ideal do departamento, mas talvez a uma imagem mais darwinista da história do departamento. Independente de seu número, também estes faziam parte da história

do departamento como eu a concebia (STOCKING JR., 2004, p. 53).

De maneira geral, falamos de processos de diferenciação e desigualdade ao reconstruir histórias de antropólogos e de sua disciplina. Os diversos pontos de vista aí implicados é que merecem consideração. O estudo de Maria Lepowski sobre a trajetória de Charlotte Gower demonstra como os ambientes institucionais, um campo de relações entre pessoas distintas por gênero, classe social, origem étnica, idade, produzem a marginalização e o apagamento de determinadas trajetórias profissionais, ao mesmo tempo que eleva outras às posições consagradas e lhes concede o direito à lembrança.<sup>14</sup> Gower, mesmo situada como aluna e professora em universidades prestigiadas, inclusive no departamento de Antropologia estudado por George Stocking Jr., foi progressivamente sendo marginalizada, ao tempo em que as oportunidades de ascensão e estabilidade profissional eram minadas ou por infortúnios ou por ações de seus pares (homens, sobretudo) (LEPOWSKI, 2000).<sup>15</sup>

Fala-se, neste trabalho, de subalternidade em grupos intelectuais, considerando-se a convivência entre superiores e inferiores hierárquicos. Interessa conhecer quem e por que é alocado em uma ou outra condição, em determinado contexto das relações institucionais. Sabemos que elementos como posições políticas, gênero, etnia, cor, origem de classe podem comprometer a ascensão profissional de homens e mulheres em suas carreiras universitárias (STOCKING JR., 2004; LEPOWSKI, 2000; CORRÊA, 2003; HANDLER, 2000; BEHAR e GORDON, 1995).

Mariza Corrêa (2003) explora as razões para o esquecimento, mas, também, as formas específicas da lembrança (como o “esposa de”) de vários nomes de antropólogas (brasileiras, estrangeiras que estiveram no Brasil ou pesquisadoras/professoras dos Estados Unidos, Grã-Bretanha ou França), demonstrando a existência de linhagens femininas na disciplina, às quais foram negadas um lugar entre autores canônicos. Pesquisadoras de campo, professoras universitárias, administradoras, as mulheres na Antropologia realizaram atividades diversas, mas suas posições e sua produção foram vistas como conquistas ou produções intelectuais menores em relação aos equivalentes masculinos. Quando recordadas, essas antropólogas o eram, sobretudo, por sua função de ensinar, revelando a compreensão dessa atividade como trabalho próximo à maternidade (CORRÊA, 2013, p. 193). De modo geral, foram mulheres reconhecidas em suas qualidades didáticas e administrativas. Embora com experiência de pesquisa, ocuparam espaços em *colleges* femininos, situação que não correspondia a reger uma cadeira de Antropologia e formar pesquisadores.

<sup>14</sup> Para a discussão sobre consagração no meio acadêmico, ver Bourdieu (2013).

<sup>15</sup> João de Pina-Cabral assim apresenta Charlotte Gower, “cuja magnífica monografia sobre uma aldeia siciliana permaneceu, infelizmente, desconhecida até 1971” (1991, p. 45).

Maria Lepowski, ao recuperar o trabalho realizado por Charlotte Gower, nota que até mesmo seu desempenho dedicado e criativo como professora de Antropologia em Wiscosin e Chicago nos anos 1930 e 1940 tem sido esquecido por seus próprios alunos. Ela normalmente é apagada das memórias de seus aprendizes. Como diz Lepowski, Gower

is nearly always omitted when her former students or their biographers and memorialists trace their intellectual descent and indebtedness. Since records left behind of Gower's teaching show she emphasized a creative synthesis of four-fields anthropology, empirical sociology (...), and a focus on cultural change; and since some of her former students became leading figures in major departments of anthropology by midcentury, this is a major omission that elides Gower's contribution to the formation and academic transmission of postwar American anthropology (LEPOWSKI, 2000, p. 142-143).

A respeito de lembranças de antropólogas/os como professoras/es, temos a importante coletânea organizada por Sydel Silverman, *Totems and Teachers* (1981). São oito perfis escritos por ex-alunos. Ruth Benedict é a única mulher retratada. O relato sobre Benedict afirma, em vários momentos, sua condição marginal e desprestigiada em um universo masculino.

Alvo de várias desqualificações intelectuais, Mintz nota, sobre ela, que "*her science was much damned by some colleagues in the final years of her career as being 'no more than' art*" (MINTZ, 1981, p. 159). Além disso, sua presença feminina não era assimilada porque, afinal, isso significaria a presença de uma mulher almoçando com os homens e participando da condução dos assuntos da faculdade (Cf. MINTZ, 1981, p. 161). Alguns adversários masculinos também atravessavam sua trajetória, tal como Ralph Linton, que declarava publicamente sua intenção de matar Benedict (Cf. MINTZ, 1981, p. 161).

As referências às professoras e suas influências na formação teórica e metodológica dos alunos podem ser notadas a partir da provocação dessas lembranças. Às vezes, como ocorreu nas entrevistas que fiz, é preciso revolver muitas camadas de esquecimento para chegar à experiência das aulas com professoras específicas. Nesse caso, os dados da pesquisa em arquivo são auxiliares fundamentais do entrevistador para trazer à conversa nomes e datas referentes há décadas passadas da vida dos interlocutores. A "escavação" dos registros de arquivos institucionais é uma etapa indispensável se quisermos entender os processos de construção social da memória da difusão antropológica.



## No lugar mais invisível da margem

Os nomes citados por Mariza Corrêa em relação à Antropologia na França e na Inglaterra, bem como aqueles listados por Maria Lepowski em relação à Antropologia norte-americana, são de mulheres que fizeram Antropologia em seus circuitos prestigiados (CORRÊA, 2003; LEPOWSKI, 2000). Embora estivessem no centro, são elas personagens tornados periféricos, em função da invisibilidade de sua trajetória e do menosprezo ao seu pensamento. O lugar subalterno dessas mulheres na história da disciplina se deve à sua condição de gênero, mas, também, acredito que a remissão ao seu papel de professoras reforça essa inferiorização em comparação ao modelo canônico do antropólogo-pesquisador. Dar aulas de Antropologia é considerada uma atividade menor que fazer pesquisa de campo, publicar e lançar novas interpretações e teorias ao debate antropológico. Sendo o ensino visto como “mera” transmissão do conhecimento, ocuparia uma posição inferior na hierarquia das tarefas reservadas a um antropólogo.

Notadamente, se as aulas estiverem sob a responsabilidade de uma mulher, suas qualidades criativas em sala de aula costumam ser menos valorizadas que a atividade de professores homens. No caso da avaliação de bom desempenho que sobrevaloriza publicações, uma trajetória bem-sucedida em ensino e pesquisa pode ser desprezada em função da constatação de “pouca publicação”. Os percalços da carreira de Charlotte Gower entre as universidades de Chicago e Wisconsin explicitam as dificuldades enfrentadas por mulheres em ambientes acadêmicos hostis à presença feminina, realidade que perdura há décadas em vários contextos nacionais.<sup>16</sup>

Catherine Lutz (1995) percebe a hierarquia entre fazer etnografia (= coletar dados) e produzir teoria replicando distinções de gênero, nas quais mulheres antropólogas escrevem etnografia e realizam descrições, enquanto o trabalho teórico seria tarefa masculina. Apenas quando não está em questão a oposição entre etnografia e teoria, o trabalho de campo é representado como masculino, aventureiro, heroico (Cf. LUTZ, 1995, p. 256). Essa observação nos alerta para as múltiplas segmentações classificatórias que operam nos universos intelectuais. Nesse momento, quero reforçar a condição de subalternização máxima da professora de Antropologia. Proponho que, tanto na situação em que a Antropologia está em desvantagem no quadro das outras ciências sociais ou mesmo diante de Antropologias mais “nacionais”, quanto naquela que uma determinada instituição ocupa uma posição elevada na hierarquia disciplinar, o lugar da antropóloga que “apenas” ou “sobretudo” se

<sup>16</sup> Ver Lepowski, 2000; Hallstein e O'Reilly, 2012. Iêda Martins de Pádua, uma de minhas entrevistadas, fez referência ao “ambiente masculino” da FAFICH/UFMG na época, situação que redundou na impossibilidade de problematizar questões como a maternidade e a vida acadêmica (conversa telefônica em 23/09/2015).

dedica a ensinar Antropologia para graduandos é aquele que mais sofre o desprestígio e o esquecimento na construção e difusão do saber antropológico.

Mulheres ou homens que sejam referidos como professores de Antropologia são aqueles candidatos mais prováveis ao esquecimento, o qual é agravado nos casos em que a pessoa não publicou livros ou artigos acadêmicos de relevo. Neste caso, perecer na memória de suas/seus alunas/os e colegas será um destino quase certo depois de aposentados ou mortos. Enquanto vivos, podem receber qualificações depreciativas (“mediocre”, “preguiçoso”, “covarde”, “provinciano”) ou, ainda, ser alvo de fofocas e brincadeiras.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Ver Lepowski, 2000.

A pesquisa sobre a Antropologia em Minas Gerais, por enfatizar o ensino de Antropologia, faz menção a vários nomes de professoras e professores, muitos dedicados exclusiva ou prioritariamente às salas de aula durante toda a vida profissional. Embora esse grupo seja composto também por homens, as mulheres sofreriam uma subalternização mais aguda: suas marcas se apagam com mais rapidez, provavelmente porque o renome (entendido como reputação) de uma professora se difunde entre seus alunos, ou seja, entre quem esteve presente em suas aulas e palestras. O renome de uma autora, por sua vez, persiste enquanto seus textos são lidos, citados e comentados, tendo a possibilidade de persistir mais tempo, inclusive entre pessoas que não conviveram diretamente com a autora. As professoras de Antropologia poderiam ser incluídas entre as categorias de antropólogos, homens e mulheres tidas como exemplos menos bem-sucedidos na profissão, quais sejam, “*contract ethnologists, early non-European American scholars and anthropological collaborators, museum anthropologists, government employees*”.<sup>18</sup>

<sup>18</sup> Como insiste Lepowski, “we also need to consider more carefully the experiences and intellectual legacies of other categories of less conventional – or less conventionally successful – kinds of anthropologists, female and male” (2003, p. 165).

Conhecer a carreira dessas pessoas, o seu aprendizado profissional e suas ideias sobre a Antropologia e as relações institucionais é uma abordagem promissora para o estudo da história da Antropologia. Ao trazer as lembranças de professoras e professores de Antropologia que atuaram na Faculdade de Filosofia e na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, tem-se acesso ao ponto de vista de profissionais que sofrem vários níveis de subalternização: por serem “simplesmente” professores, por serem mulheres ou por trabalharem em um lugar periférico no campo da Antropologia brasileira, sobretudo se considerarmos as décadas em que minhas entrevistadas estudaram e trabalharam, em um ambiente universitário no qual despontavam outras ciências sociais, notadamente a Ciência Política, que contou com o apoio da Fundação Ford a partir de fins da década de 1960.

Ao fazer uma história da Antropologia apoiada, principalmente, em entrevistas, poderemos avançar rumo a

conversas que reflitam sobre aspectos das vidas científicas e pessoais, em diferentes momentos das trajetórias de pessoas e instituições. Como notam Harriet Zuckerman, Jonathan Cole e John Bruer, essas histórias trazem indicações de como a posição das mulheres nas ciências e nas carreiras universitárias tem se transformado desde meados do século XX, alertando as pesquisadoras para a necessidade de comparar sistematicamente as circunstâncias de mulheres e homens cientistas ao invés de limitar-se a estudar homens e mulheres separadamente (ZUCKERMAN; COLE; BRUER, 1991, p. 15). Ainda que as mulheres antropólogas tenham sido as protagonistas deste trabalho, uma ênfase relacional entre os gêneros, assim como a captura das diferenças e afinidades intragênero (estas últimas mais destacadas no caso mineiro pela proximidade de geração, classe social, formação escolar e estruturas conjugais e familiares), surgem como horizontes promissores para o trabalho com a Antropologia feita pela geração de pioneiras no ensino universitário brasileiro.

## Referências

- BEHAR, Ruth. "Introduction: out of exile". In: BEHAR, Ruth e GORDON, Deborah A. (Eds.). *Women writing culture*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- BEHAR, Ruth e GORDON, Deborah A. (Eds.). *Women writing culture*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2013.
- CORRÊA, Mariza. "Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, 1988, p. 79-98.
- \_\_\_\_\_. "A Antropologia no Brasil (1960-1980)". In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo: Sumaré, FAPESP, 1995a, p. 25-106.
- \_\_\_\_\_. "História da Antropologia no Brasil – Projeto da Unicamp". *Manguinhos*, v. II, n. 2, jul./out. 1995b, p. 115-118.
- \_\_\_\_\_. "O espartilho de minha avó: linhagens femininas na Antropologia". In: \_\_\_\_\_. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- ECKERT, Cornélia e GODOI, Emília Pietrafesa de (Orgs.). *Homenagens. Associação Brasileira de Antropologia 50 Anos*. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- ELIAS, Norbert. "Scientific Establishments". In: ELIAS, Norbert; MARTINS, Hermínio e WHITLEY, Richard (Eds.). *Scientific establishments and hierarchies*. Dodrecht: Reidel, 1982.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ENGELKE, Matthew. "'The endless conversation': fieldwork, writing, and the marriage of Victor and Edith Turner". In:

- HANDLER, Richard (Ed.). *Significant others. Interpersonal and professional commitments in Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2004.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GOLDE, Peggy. *Women in the field. Anthropological experiences*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- GROSSI, Miriam Pillar. *Um olhar de gênero sobre a história e a transmissão das antropologias contemporâneas em diferentes países do mundo*. Projeto Individual de Pesquisa CNPq, março de 2010 a fevereiro 2012.
- GROSSI, Miriam Pillar; TASSINARI, Antonella e RIAL, Carmen (Orgs.). *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- HALLSTEIN, D. Lynn O'Brien and O'REILLY, Andrea. *Academic motherhood in a post-second wave context. Challenges, strategies and possibilities*. Bradford: Demeter Press, 2012.
- HANDLER, Richard (Ed.). *Excluded ancestors, inventible traditions. Essays toward a more inclusive history of Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Significant others. Interpersonal and professional commitments in Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Central sites, peripheral visions. Cultural and institutional crossings in the history of Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2006.
- IGLÉSIAS, Francisco. "Perfil: Francisco Iglésias, o escritor da história". *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 73, 1991, p. 28-39.
- LAMPHERE, Louise. "Unofficial histories: a vision of Anthropology from the margins". *American Anthropologist*, v. 106, n. 1, 2004, p. 126-139.
- LARAIA, Roque de Barros. "O legado da Antropologia brasileira: relato de Roque de Barros Larcia". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, jul./dez. 2014, p. 361-376.
- LEPOWSKI, Maria. "Charlotte Gower and the subterranean history of anthropology". In: HANDLER, Richard (Ed.). *Excluded ancestors, inventible traditions. Essays toward a more inclusive history of Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2000.
- LOBATO, Josefina. *A gestão do amor: domesticação e disciplina*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília (DF), 1994.
- LOPES, Raquel Miranda. *Etnografia de um saber disciplinar: um olhar por sobre a sociologia e a antropologia do campesinato*. Tese (Doutorado em Antropologia), Unicamp, Campinas (SP), 1999.

- LUTZ, Catherine. "The gender of the theory". In: BEHAR, Ruth e GORDON, Deborah A. (Eds.) *Women writing culture*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- MENDONÇA, Cleonice. *Santos, orixás e caboclos: uma introdução ao mundo do candomblé*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Unicamp, Campinas (SP), 1982.
- MINTZ, Sidney W. "Ruth Benedict". In: SILVERMAN, Sydel (Ed.). *Totems and teachers. Perspectives on the history of Anthropology*. New York: Columbia University Press, 1981.
- MONTERO, Paula. "Antropologia no Brasil: tendências e debates". In: TRAJANO FILHO, Wilson e RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ABA, 2004.
- MORAES, Fernanda Azeredo de. *"Pântanos de relações e colchões de cumplicidade": academia e conjugalidade na perspectiva de quatro mulheres intelectuais*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- NEIBURG, Federico. "A sociologia das relações de poder de Norbert Elias". In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 7-17.
- PINA-CABRAL, João de. "Contra a tradução". In: \_\_\_\_\_. *Os contextos da antropologia*. Lisboa: Difel, 1991.
- \_\_\_\_\_. "History of Anthropology and personal biography". *Anthropology Today*, v. 24, n. 6, December 2008.
- PONTES, Heloísa. *Destinos mistos. Os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RELATÓRIO DE FORMATURAS. FAFICH, UFMG, 1943-1968.
- ROHDE, Joy Elisabeth. "It was no 'pink tea': gender and american anthropology, 1885-1903". In: HANDLER, Richard (Ed.). *Significant others. Interpersonal and professional commitments in Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2004.
- RUBIM, Christina de Rezende. "Os Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas". *Horizontes Antropológicos*. Ano 3, n. 7, outubro 1997, p. 97-128.
- SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.
- SCHUMAKER, Lyn. "The director as significant other: Max Gluckman and team research at the Rhodes-Livingstone Institute". In: HANDLER, Richard (Ed.). *Significant others. Interpersonal and professional commitments in Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2004.

- SILVERMAN, Sydel (Ed.). *Totems and teachers. Perspectives on the history of Anthropology*. New York: Columbia University Press, 1981.
- SOUZA, Candice Vidal e. *Professores de Antropologia em Belo Horizonte: esquecimentos, descaminhos e conflitos*. Trabalho apresentado no GT Arquivos e Histórias da Antropologia: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia, 2006.
- SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia/USP, São Paulo, 2008.
- STOCKING JR., George W. "Antropologia em Chicago: a fundação de um departamento independente 1923-1929". In: PEIXOTO, Fernanda Arêas; PONTES, Heloísa e SCHWARCZ, Lilia (Orgs.). *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- \_\_\_\_\_. George W. "Unfinished business: Robert Gelston Armstrong, the Federal Bureau of Investigation, and the history of anthropology at Chicago and in Nigeria". In: HANDLER, Richard (Ed.). *Central sites, peripheral visions. Cultural and institutional crossings in the history of Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2006.
- TRAJANO FILHO, Wilson e RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ABA, 2004.
- TRIGO, Maria Helena Bueno. *Espaços e tempos vividos: estudo sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970)*. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- ZUCKERMAN, Harriet; COLE, Jonathan R.; BRUER, John T. *The outer circle. Women in scientific community*. New Haven: Yale University Press, 1991.

[Recebido em 30/09/2015 e  
aceito para publicação em 12/11/2015]

***Professors of Anthropology in Minas Gerais: notes on the conditions of the margin***

**Abstract:** *The article approaches the professional history of some women who lectured Anthropology in Universidade Federal de Minas Gerais as from the 1960s, to discuss that their position as a professor in an intellectual environment, on the way to specialization led to their exclusion or marginalization in the local and national scenario. The article discusses the situation of women who are left out of the prestigious circuits of Anthropology in Brazil, as the situation of Anthropology in Minas Gerais can also be deemed as peripheral when compared to other Social Sciences and to other education and research Anthropology centers. So, I propose that the history of the discipline should comprehend men's and women's "outside" careers, in terms of the processes of differentiation based on aspects of gender, social class and modes of professional qualification.*

**Keywords:** *Teaching of Anthropology; University Professors; Professional Hierarchies; Minas Gerais.*